

Dilma e “radicais do PT”: *uma análise discursiva*

Dilma and “radicals of the PT”: a discursive analysis

Leandro Chagas Barbosa*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB/Brasil)
Laboratório de Pesquisa em Análise de Discurso (LAPADis)

Maria da Conceição Fonseca-Silva*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB/Brasil)
Laboratório de Pesquisa em Análise de Discurso (LAPADis)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Adilson Ventura*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB/Brasil)
Laboratório de Pesquisa em Análise de Discurso (LAPADis)

RESUMO

Neste artigo, discutimos a relação que se estabelece discursivamente entre a então pré-candidata às eleições presidenciais de 2010, Dilma Rousseff, e os chamados “radicais” do PT. A partir das análises de excertos de reportagens veiculadas na revista *Veja*, buscamos mostrar como se dá a relação de conflito no jogo discursivo que os legitima em posições discursivas distintas. Além disso, concomitantemente discutimos também a relação discursiva que se estabelece entre Dilma e Lula enquanto sujeitos políticos, na qual identificamos uma relação de proximidade entre eles no decorrer do referido período.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Dilma Rousseff. Lula. Radicais do PT.

ABSTRACT

In this article, we discuss the relationship established discursively between the then pre-candidate for the 2010 presidential election, Dilma Rousseff, and

* Sobre os autores ver páginas 117.

the so-called "radical" PT. From the reports of excerpts analysis conveyed in Veja magazine, we seek to show how is the conflict regarding the discursive game that legitimized in different discursive positions. In addition, concurrently also we discussed the discursive relationship established between Dilma and Lula as political subjects, in which we identify a close relationship between them during the period.

KEYWORDS: *Discourse. Dilma Rouseff. Lula. Radical of PT.*

1 Considerações iniciais

Neste trabalho, analisamos a relação que se estabelece discursivamente entre Dilma Rouseff – enquanto pré-candidata a presidente do Brasil nas eleições presidenciais de 2010 – e os chamados “radicais” do Partido dos Trabalhadores (PT). Buscamos mostrar como se dá a relação de conflito no jogo discursivo que legitima Dilma e “radicais” em posições discursivas distintas. Além disso, concomitantemente, discutimos também a relação discursiva que se estabelece entre Dilma e Lula enquanto sujeitos políticos.

Nas análises, mobilizamos postulados e pressupostos do quadro teórico da Análise de Discurso (AD) e, dentro dos diversos caminhos de análise que se pode trilhar na AD, tomamos como ponto de partida a definição de Pêcheux (1983a) acerca da relação estrutura e acontecimento, cujo pressuposto é de que um acontecimento discursivo se dá no encontro de uma atualidade e de uma memória e que todo gesto de leitura/interpretação está sujeito à equívocidade da língua.

Considerando, pois, o que defende Pêcheux (1983a), buscamos analisar como, apesar de aparecer como uma forma transparente – uma informação que pretende apresentar diretamente os “*factos*” –, há uma opacidade no acontecimento. Ou seja, podemos dizer que, apesar de haver uma tentativa de controle dos sentidos no que é posto em circulação, há, no entanto, sentidos diversos funcionando no acontecimento, com suas memórias, imaginários, silenciamentos, etc. Deste modo, observamos, nos recortes das imagens e dos textos analisados, a tensão da relação entre estrutura e acontecimento, entre a descrição e a interpretação, como pensada por Pêcheux (1983a).

Destacamos que, da perspectiva da Análise de Discurso, podemos analisar e investigar as materialidades não somente do ponto de vista do verbal, mas considerando o entrecruzamento do verbal e do não-verbal, quando se fizer necessário. Sobre isso, Pêcheux (1983b) afirma que, tanto as materialidades verbais quanto as não verbais quanto a imagem não são legíveis na sua transparência porque são atravessadas por um discurso. E, nesse sentido, Fonseca-Silva (2007) mostra, em suas reconfigurações, também baseadas em Pêcheux (1983b), que a descrição das materialidades discursivas não se instala somente no chamado real da língua, pois isso acabaria reduzindo a significação apenas ao linguístico. Para a autora, “assim como o discurso é uma das formas

de materializar a ideologia, a língua é apenas uma das formas de materializar o discurso e não a única” (FONSECA-SILVA, 2007, p. 111). Isto não quer dizer que se negue “a importância do real da língua e, muito menos, que determinadas inscrições só podem se instalar nesse real” (FONSECA-SILVA, 2007, p. 111), mas que, sendo a Análise de Discurso uma disciplina de interpretação, pode construir procedimentos para expor o olhar-leitor à opacidade tanto da língua quanto de outros domínios semióticos.

Considerando ainda o que postulam Maingueneau (1984) e Fonseca-Silva (2007), tomamos o discurso também como uma prática discursiva, na medida em que “essa noção permite que a questão da descrição das materialidades discursivas se instale tanto no real da língua quanto no real de outros domínios semióticos” (FONSECA-SILVA, 2007, p. 113), ou seja, nos permite pensar o discurso na opacidade da linguagem verbal, na opacidade da linguagem não verbal e na opacidade interdependente da linguagem verbal e não verbal.

Partindo desses pressupostos, buscamos mostrar como se dá o funcionamento discursivo em uma determinada materialidade e, deste modo, mostrar, com base em um conjunto de dados, o que é repetido e atualizado sobre o sujeito político Dilma em relação ao sujeito político Lula e os chamados “radicais” do PT.

2 Dilma pré-candidata

Os excertos selecionados para análise neste trabalho são referentes ao lugar social de Dilma Rousseff enquanto pré-candidata às eleições presidenciais que ocorreram em outubro/novembro de 2010 e foram extraídos da edição nº 2153 da revista *Veja*, com data de 24 de fevereiro de 2010, e cuja capa pode ser observada na figura 1:

Figura 1¹

Na capa desta edição, temos estampada a imagem da então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, em decorrência da ocasião de sua nomeação como pré-candidata do PT às eleições presidenciais de 2010. Podemos observar que, nesta capa, há, tanto na linguagem verbal como na não-verbal, materialidades significantes que produzem efeitos de sentido diversos (PÊCHEUX, 1983b) e que abrem caminho para a nossa análise sobre a tensão entre Dilma e os assim chamados “radicais” do PT.

A capa apresenta uma imagem em preto e branco de Dilma Rousseff, em que esta se encontra em uma expressão de serenidade. Esta imagem contrasta com tonalidades vermelhas, presentes nas figuras de estrelinhas e no contorno da capa, que trazem uma memória da cor do Partido dos Trabalhadores. Além do nome da revista, na parte superior direita, ela apresenta também, na parte inferior direita, em letras grandes, uma transcrição de uma fala atribuída à própria Dilma: “A realidade mudou, e nós com ela”. Pouco mais acima desta inscrição, estão presentes, em letras menores, os seguintes tópicos referentes aos temas a serem tratados na edição da revista: “A candidata e os radicais do PT”; “Entre a ideologia e o pragmatismo”; “O estado e o capitalismo no mundo pós-crise”.

Nas discursividades apresentadas nesta capa, podemos identificar efeitos de sentido, ou, também no sentido pecheutiano, discursos, que apontam uma relação de divergência no Partido dos Trabalhadores, ou, em certa medida, uma tensão no interior do PT. Assim, entre os enunciados linguísticos presentes na capa e que funcionam como materialidades significantes, destacamos inicialmente as chamadas de reportagens, excertos (1), (2) e (3), e,

¹ *Veja*, Edição n. 2153, 24 de fevereiro de 2010.

logo em seguida, a formulação que é destacada como uma transcrição da fala de Dilma Rousseff, excerto (4). Vejamos:

- (1) A candidata e os radicais do PT (*Veja*: ed. 2153, 24/02/10, capa).

No primeiro excerto, verificamos um funcionamento discursivo em torno da relação que se estabelece entre a candidata Dilma Rousseff e um grupo, denominado em *Veja*, como “radicais do PT”. Observando nesta materialidade significativa a equivocidade da língua, temos aqui sentidos configurando o acontecimento, trazendo efeitos de sentidos diversos sobre esta relação Dilma e “radicais do PT”, tendo em vista que “o confronto discursivo prossegue através do acontecimento...” (PÊCHEUX, 1983a, p. 20).

Um primeiro aspecto que chama a atenção neste enunciado apresentado no excerto (1), é que a referida revista mobiliza termos como “radical”, “radicais do PT” ou “radicais petistas” para designar, ou referir-se, a um determinado grupo interno do Partido dos Trabalhadores e que, por vezes, é discursivizado como sendo um grupo de ideais extremistas de cunho socialista/comunista.

Considerando, então, a expressão “radicais do PT”, temos em funcionamento uma materialidade linguística, no caso o termo “radicais”, ou sua variante no singular, “radical” que é sinônimo de raiz, essência de algo; porém, quanto à política, seu sentido é: que pretende reformas absolutas em política; extremista². Essa materialidade ainda pode ser observada em sua variante nominal “radicalismo”, cujo sentido remete ao comportamento de quem é radical, inflexível. Ainda ao que concerne ao campo da política, o termo “radicalismo” remete a um posicionamento político doutrinário reformista que prega o uso das ações extremas para gerar a transformação completa e imediata das organizações sociais.

Neste sentido, a expressão “radical”, assim como seu desdobramento “radicalismo”, faz funcionar um pré-construído³ (PÊCHEUX, 1975) de que ações radicais, na política, são extremistas, com possibilidades de mudanças drásticas. Esta materialidade linguística se relaciona com o acontecimento, em que são postos em funcionamento uma memória, que o atravessa, e uma atualidade (momento em que a reportagem é posta em circulação) e traz o que dá ao enunciado, em questão, o tom opaco e repleto de formulações equívocas (PÊCHEUX, 1983a).

² Cf. Dicionário Michaelis – UOL.

³ A noção de “pré-construído” é apresentada por Pêcheux (1975) a partir das reconfigurações que este autor faz do conceito de interpelação althusseriano. Este efeito está ligado ainda à noção de “sustentação” e pressupõe a noção de “interdiscurso” e a noção de “memória discursiva”. Consiste em uma discrepância que irrompe na superfície discursiva como se estivesse sempre “antes, em outro lugar, independentemente” (PÊCHEUX, 1975, p. 142), ou seja, “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’)” (PÊCHEUX, 1975, p. 151). Nesse sentido, Pêcheux (1975) afirma que podemos considerar “o efeito de pré-construído como a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito... ao mesmo tempo em que é ‘sempre-já sujeito’” (PÊCHEUX, 1975, p. 142).

É importante salientar, ainda, que, somente é notada por parte da *mídia* em geral, ou, melhor dizendo, discursivizada nela, a existência de uma “ala radical” no Partido dos Trabalhadores. Apesar de outros partidos com doutrina de cunho socialista também serem discursivizados como radicais, verificamos que, em nenhum outro partido brasileiro é exposta tal divisão – interna ao partido – pelo menos expressa assim com a magnitude ou ênfase como se dá com o PT. Isso, entretanto, pode ter sido resultado da própria constituição deste partido, que, desde a sua criação, se caracterizou pela heterogeneidade de grupos que o formaram e, também, de ideias⁴.

Analisando a relação que se estabelece em “a candidata e os radicais do PT”, temos um funcionamento discursivo que é decorrente da materialidade opaca desse enunciado. A princípio, podemos observar o modo como é composta a relação léxico-sintática desse enunciado, em que são apresentados dois elementos substantivos – e que, por sua vez, representam duas partes ou duas categorias – que são ligados por um elemento aditivo, uma conjunção “e”. O primeiro elemento, “a candidata”, é um substantivo que, no enunciado, é adjetivado ao passo que tem como referente Dilma Rousseff. Já o segundo elemento que aparece no enunciado, “os radicais do PT”, define ou categoriza um grupo particular no PT, tendo em vista que também o termo “radicais” cumpre o papel de adjetivar este mesmo grupo. Embora haja entre estes dois elementos um elemento de ligação “e”, temos um efeito de sentido funcionando no entrecruzamento destes elementos que permite uma interpretação na qual as duas partes sejam compreendidas como ocupando lugares distintos. Isto ocorre por haver uma especificação que aponta a existência de duas partes de sentidos distintos e, portanto, não pertencentes ao mesmo grupo semântico. Além disso, a expressão “os radicais do PT” marca, no jogo com o contra discurso, um outro lugar, em que há “não-radical do PT”.

Isto fica mais fácil de entender se substituirmos a conjunção “e” pela preposição seguida de artigo definido no plural “dos”. Teríamos a frase: “a candidata dos radicais do PT”. Nela, o sentido do termo “dos” induz classificar os termos “a candidata” e “os radicais do PT” em um mesmo grupo semântico. Ou, ainda, se tivéssemos a frase: “a candidata e o PT”, o fato de não haver separação de um grupo específico no partido, mas, sim, tomá-lo como um todo, permitiria o sentido de que ambos pertencessem, ainda, a um mesmo grupo discursivo.

Temos, assim, no enunciado “a candidata e os radicais do PT” uma relação em que há duas partes distintas, ou seja, uma ocupando o lugar do “radical” e outra ocupando o lugar do “não-radical”. E, nesse sentido, podemos

⁴ Esta heterogeneidade de ideias se pauta no fato de que, desde sua formação, 1978-1980, o Partido dos Trabalhadores se caracterizou por se constituir de vários grupos heterogêneos e por uma multiplicidade de interesses. Conforme aponta Lincoln Secco, em *História do PT* (2012), “poderíamos dizer que o PT surgiu de pelo menos seis fontes diversas. A primeira foi o chamado novo sindicalismo; a segunda, o movimento popular influenciado pela Igreja Católica; a terceira, políticos já estabelecidos do MDB; a quarta, os intelectuais com origens diversas, como o antigo PSB ou posições liberais radicalizadas; a quinta, militantes de organizações trotskistas; a sexta, remanescentes da luta armada contra a ditadura (embora seja possível agrupar estes dois últimos)” (SECCO, 2012, p. 27).

identificar, no excerto (1), que a posição de sujeito Dilma não se encontra do mesmo lado que os chamados “radicais do PT”.

Na materialidade apresentada abaixo, excerto (2), podemos assinalar um jogo discursivo que possibilita efeitos de sentido ao se opor “ideologia” e “pragmatismo”. Assim, temos:

- (2) Entre a ideologia e o pragmatismo (*Veja*: ed. 2153, 24/02/10, capa).

Neste enunciado, identificamos que, na relação do verbal e do não verbal, a imagem da candidata Dilma Rousseff encontra-se em meio a uma relação de oposição que se constitui no interior do PT. Um ponto importante que verificamos nesta materialidade é o efeito de sentido que temos em funcionamento ao por em oposição “ideologia” e “pragmatismo”, pois, dessa forma, cria-se algo que é oposto por natureza.

Nesta oposição, a expressão “ideologia” traz uma memória discursiva na qual se tem uma relação de determinada concepção de ideologia, voltada para o materialismo histórico, e o PT⁵. Além disso, essa expressão põe em funcionamento efeitos de sentido a partir de seu equívoco, que, por exemplo, faz com que indivíduos acreditem numa ideologia do PT e que esta ideologia não está sendo posta em prática; ou, mesmo, com que indivíduos não acreditem em uma ideologia que, na atual conjuntura do partido, possa ter valores práticos; ou, ainda, aqueles indivíduos que acreditam numa ideologia do partido, mas que ela possa ser flexível aos interesses deste enquanto “partido de situação”; etc.

Considerando-se, pois, o que se configura aqui como oposição à “ideologia”, temos um jogo com a expressão “pragmatismo”. Nela, podemos verificar, inicialmente, o funcionamento de um efeito materializado no sufixo “ismo”, que constitui um pré-construído no qual se concebe um sentido pejorativo ou um sentido que desqualifica uma determinada ideologia, ou uma determinada ciência ou uma determinada religião, etc. Na frase, tal como aparece na capa da revista, identificamos que a expressão “Pragmatismo” faz alusão às políticas “pragmáticas” desenvolvidas pelo PT, ou, mais especificamente, por Lula e no Governo Lula. Essa expressão, do modo como é empregada, portanto, reafirma um sentido de oposição à “ideologia”, quando ambos são mobilizados para definir lugares de subjetivação no PT. E, por sua vez, Dilma é encontrada “entre” esses dois lugares, ou seja, no entremeio de um jogo de escolha, entre um ou outro lado desta oposição.

Entretanto, esse jogo discursivo se estabelece em uma relação de opacidade e, portanto, não se configura como uma relação logicamente estabilizada. Concordamos com Pêcheux (1983a) que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se

⁵ Sobre a ideologia oficialmente defendida pelo PT, ver: <http://dilmanarede.com.br/ondavermelha/blogs-amigos/ideologia-do-partido-dos-trabalhadores-pt-socialismo-petista>. Acesso em 21/06/2014.

deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÉCHEUX, 1983a, p. 53). Assim, podemos identificar um entrecruzamento de sentidos, no enunciado analisado, que permite pensar “ideologia” e “pragmatismo” no interior do PT sem que, necessariamente, seus respectivos sentidos indiquem que estejam funcionando meramente como lugares opostos. Dentre este funcionamento, podemos citar, por exemplo, que há sentidos configurando o interdiscurso e que permitem a leitura na qual pode haver flexibilidade entre o que o partido PT pode pregar e, por outro lado, o que o Governo PT pode pregar e colocar em prática. Daí que *Veja*, ao discursivizar sobre Dilma, mostrando-a em relação à “ideologia” e ao “pragmatismo”, ambos funcionando como lugares opostos no PT, busca apontar a existência de apenas uma escolha por um desses dois lugares, fazendo com que apareçam opostos quando significados no interior do PT. No entanto, observando os sentidos diversos que a opacidade deste mesmo enunciado permite coexistir, identificamos um efeito de sentido no qual “ideologia” e “pragmatismo” não precisam representar lugares distintos, mas ambos podem dialogar conforme a necessidade do partido ou do governo PT. Em outras palavras, o PT pode ser mais pragmático e ser menos ideológico ou, ainda, mais ideológico e menos pragmático a depender do objetivo ou necessidade criada em sua relação com o poder, enquanto partido de situação.

Ainda quanto às questões postas à candidata Dilma Rousseff, vejamos o terceiro tópico, excerto (3), apresentado na capa desta edição:

- (3) O estado e o capitalismo no mundo pós-crise
(*Veja*: ed. 2153, 24/02/10, capa).

Em princípio, podemos observar, neste excerto, uma relação discursiva que envolve “estado” e “capitalismo” de maneira semelhante àquela envolvendo “Dilma e os radicais do PT”, que encontramos no excerto (1), ou seja, uma relação na qual são dados dois elementos que aparecem unidos pela conjunção “e”, mas que, apesar desta característica estrutural da frase, estes dois elementos indicam o funcionamento de lugares discursivos distintos. Assim, ao apresentar uma estrutura linguística na qual se separa “estado” e “capitalismo”, o enunciado faz emergir uma memória discursiva em que se tem o pressuposto de que: o “estado” representa um conjunto de instituições que compreendem a organização política, militar e funcional de uma nação e tem como fim a manutenção da coisa pública; e, por outro lado, o “capitalismo”, de maneira geral, é um sistema econômico cujos meios de produção são de propriedade privada e visam fins lucrativos. No jogo discursivo que envolve, portanto, esta relação, temos inicialmente um efeito de conflito, quando pensados estes dois elementos de maneira simplista, em que: o Estado trabalha em função do povo, de maneira geral, enquanto que o capitalismo funciona em favor de grandes empresas e de uns poucos favorecidos.

Entretanto, esta concepção que, em princípio, parece antagônica, é ressignificada quando tomada no lugar que é apontado na parte seguinte da mesma frase. A saber: “no mundo pós-crise⁶”. Ao tomarmos agora o enunciado, como é discursivizado, verificamos outro funcionamento, no qual há um efeito de sentido em que “estado” e “capitalismo” podem dialogar quando tomados em condições de um mundo “pós-crise”. E que, mais uma vez, a candidata Dilma Rousseff aparece como a figura a qual terá que saber lidar com esta condição.

O quarto excerto, extraído da capa desta edição, apresenta a transcrição de um trecho da fala de Dilma Rousseff em entrevista à própria *Veja*.

- (4) A realidade mudou, e nós com ela (*Veja*: ed. 2153, 24/02/10, capa).

Podemos assinalar que o enunciado “A realidade mudou, e nós com ela”, em conjunto com os outros enunciados – excertos (1), (2) e (3) – que aparecem em forma de tópicos na capa desta edição, apresenta um efeito de sentido no qual o PT não pode ser mais o mesmo, que pregava determinadas questões de uma política voltada para esquerda, no passado, mas, sim, governar conforme a nova realidade em que vive o país, ou mesmo o mundo. Este enunciado, discursivizado na capa da edição, foi destacado como manchete a partir da transcrição de uma fala da reportagem que inclui uma pequena entrevista com Dilma Rousseff, intitulada: “**10 perguntas para Dilma Rousseff**”. Nela, há uma pergunta feita à Dilma e que faz referência a uma frase do economista britânico, John Maynard Keynes, que teria dito algo semelhante a “se a realidade muda, eu mudo minhas convicções” (*Veja*, 24/02/2010, p. 52). A pergunta foi: “Como sua visão de mundo mudou com o tempo e com a experiência de ajudar a governar um país?” (*Veja*, 24/02/2010, p. 52). A resposta completa atribuída à Dilma, segundo a reportagem, foi: “A realidade mudou, e nós com ela. Contudo, nunca mudei de lado. Sempre estive ao lado da justiça, da democracia e da igualdade social” (*Veja*, 24/02/2010, p. 52).

Entretanto, apesar de se tratar da fala de um sujeito pragmático, tomamos como materialidade para análise o modo como este enunciado é discursivizado na capa da edição, excerto (4), em sua relação com o verbal e o não verbal de toda materialidade discursiva da referida capa e verificar quais os funcionamentos tal enunciado oferece.

⁶ A crise econômica de 2008, também chamada de Grande Recessão, afetou o mercado financeiro internacional devido ao desequilíbrio da maior economia do mundo – Estados Unidos – em consequência do colapso da bolha especulativa no mercado imobiliário e da quebra e falência do Banco Lehman Brothers. Como um efeito-dominó, gerou pânico em diversas instituições financeiras e causou a quebra de grandes empresas ao redor do mundo. Seus efeitos ainda são sentidos hoje em diversos países. No Brasil, apesar de não ter gerado um impacto mais grave, devido às medidas de estímulo do governo na economia, ainda assim a crise teve algumas consequências. Entre as principais, destaca-se a baixa das cotações de ações em bolsas de valores, quebra da produção industrial, redução de crédito no mercado e queda do PIB.

Ao tomarmos essa “realidade” como a “realidade do país”, ou “realidade do Brasil”, identificamos um efeito de sentido no qual não se pode pensar certas questões políticas hoje como se pensava há cerca de 25 ou 30 anos, por exemplo. Em outras palavras, o enunciado (4) presentifica o discurso de que é preciso se adequar à atual conjuntura da realidade política do país, e isto faz com que se crie uma relação conflitante com determinadas posições defendidas pelo PT, das quais, parte delas estão veiculadas a princípios da época em que o partido se firmava como oposição. Nesse sentido, identificamos que, na discursividade de *Veja*, há um PT adequado ao que se caracteriza como nova realidade política e um outro PT, apegado a determinados valores ideológicos que presentifica um choque de realidade com a atual realidade política do país.

Assim, podemos afirmar, a partir das análises da materialidade linguística desses quatro excertos aliada à imagem de Dilma Rousseff, a existência de um jogo discursivo no qual é estabelecido um conflito no interior do PT. E, em meio a esse jogo, encontra-se a candidata Dilma Rousseff. Além disso, podemos identificar também uma relação de tensão entre Dilma e os chamados “radicais do PT”, como veremos a seguir com os excertos retirados do corpo de reportagens desta mesma edição.

O excerto (5) faz parte do texto editorial da referida edição de *Veja*, intitulado “**O trilho institucional**”, e tem por tema o lançamento da pré-candidata do PT Dilma Rousseff às eleições presidenciais de 2010. No texto, há uma tentativa de controlar os sentidos, pois apresenta a notícia em uma relação semanticamente estável entre o que se diz e os “fatos” que estão ocorrendo, apresentando a língua como transparente. De um modo sintético, no texto defende-se que a escolha de Dilma Rousseff como candidata oficial do PT levou em consideração o fato dela ser uma alternativa frente às sucessivas crises enfrentadas pelo partido e dela ter alcançado um significativo crescimento nas pesquisas de intenções de voto, em parte, devido à popularidade alcançada por sua estreita relação com o então presidente Lula. O texto aponta ainda que esses motivos, somados a uma grande manobra interna feita por Lula, foram fatores significativos para que a chamada ala radical do partido acatasse, mesmo que com muita resistência, a indicação do nome de Dilma Rousseff como candidata oficial. Observamos que, apesar de aparecer como uma notícia “objetiva”, temos aqui a condição da equivocidade da língua, em que sentidos diversos estão entrecortando o acontecimento discursivo (PÉCHEUX, 1983a). Desta forma, analisamos este funcionamento discursivo a partir do recorte específico que apresentamos a seguir:

- (5) [...] Dilma foi, desde meados do primeiro mandato, a candidata *in pectore* de Lula. Pouco a pouco, o presidente foi deixando sua preferência tornar-se pública ao tempo em que desbastava as resistências ao nome de Dilma entre os bolsões radicais porém sinceros do petismo (*Veja*: ed. 2153, 24/02/10, p. 11).

Neste excerto, temos um funcionamento discursivo no qual há uma relação entre Lula, Dilma e o PT, ou, mais especificamente, a chamada ala radical do PT. Levando em consideração que, no espaço que trabalha a AD, qualquer enunciado está sujeito a uma interpretação (PÉCHEUX, 1983a), e que essa interpretação se configura como “efeito, certamente, dos múltiplos sentidos associáveis a ele, sistematicamente, ou como efeito do equívoco” (POSSENTI, 2007, p. 149), podemos afirmar que a evidência de sentido que teríamos nesse enunciado pode ser posta em questão.

A primeira questão a que nos detivemos neste excerto refere-se ao enunciado “Dilma foi, desde meados do primeiro mandato, a candidata *in pectore* de Lula”. Na estrutura linguística deste enunciado, há uma expressão de outra língua, no caso o latim, produzindo sentidos. O que, em um primeiro momento, teríamos como transparente é que, ao se usar um termo de outra língua, basta fazer uma tradução deste termo para o português, o que já apresentaria o sentido deste termo no enunciado específico. Desse modo, o uso do termo latino *in pectore* – literalmente “do peito”, mas que também pode ter significado coloquial no português de “intimamente”, “secretamente” – aponta uma forte ligação entre o então presidente Lula e a pré-candidata Dilma Rousseff. Porém, um termo de outra língua geralmente não se estabelece como uma simples tradução, pois, além da própria questão da fidelidade da tradução de uma língua para outra⁷, temos que a presença do termo já traz sentidos diversos ao enunciado.

Posto isto, verificamos que este termo traz um determinado funcionamento discursivo no qual há um tipo de relação entre Lula e Dilma. Lembramos que há uma regularidade no uso deste termo para apresentar esta mesma ligação entre Lula e Dilma em diversos outros textos, como *blogs*, sites de notícias, etc⁸. Sua opacidade se dá pelo fato de este termo produzir variados efeitos de sentido, como o efeito de um tom solene e hierárquico, por um lado,

⁷ Esta questão é levantada por vários especialistas, mas, por não ser uma questão na discussão que propomos nesse trabalho, não iremos discuti-la aqui.

⁸ Como podemos observar, dentre outros, em: “Dilma, a sucessora *in pectore* de Lula” (Blog Fábio campana, grifos nossos).

<http://www.fabio.campana.com.br/2008/09/declaracao-antecipada-de-voto-do-presidente-lula/> acesso em: 10/11/2013.

“Por que Dilma Rousseff foi escolhida para anunciar a grande descoberta das reservas petrolíferas? Porque é a candidata *in pectore* do presidente Lula à presidência da República em 2010” (migalhas.com.br, grifos nossos).

http://www.migalhas.com.br/mostra_noticia_amanhecidas.aspx?cod=49151 acesso em: 10/11/2013.

“‘El País’ vê Dilma como candidata natural à sucessão de Lula [...] O jornal comenta que Lula ‘já afirmou que não será neutro nas eleições de 2010 e que fará campanha a favor de ‘seu candidato’, cujo nome conserva ‘*in pectore*’, como fazem os papas com alguns cardeais” (BBC Brasil.com, grifos nossos).

http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/10/071008_pressreview.shtml acesso em: 10/11/2013.

“[...] Nem puderam embarcar, como é natural, ante o risco de contágio para todos os membros da comitiva, que inclui a ministra Dilma Rousseff, chefe da Casa Civil e candidata “*in pectore*” de Lula a sucedê-lo” (Folha de São Paulo, grifos nossos).

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0512200912.htm> acesso em: 10/11/2013.

e silenciamentos, por outro lado. Assim, temos uma questão inicial aqui em torno do uso de uma palavra de outra língua.

Mesmo para quem não o conhece, o termo *in pectore*⁹, da forma como aparece materializado no texto, pode ter um funcionamento que represente um tom de nobreza, ao materializar uma ligação entre Lula e Dilma. Esse efeito ocorre muitas vezes quando são trazidos termos importados de outras línguas para a produção de um texto, seja para dar ênfase a algo ou a alguém. Nesse aspecto, poderíamos considerar em um pequeno paradigma como seria o uso de alguns outros termos possíveis de realização em português em substituição ao *in pectore*, para o mesmo enunciado “a candidata *in pectore* de Lula”, tendo em vista mostrar os tipos de problemas de interpretação que são oferecidos por estes enunciados, sempre levando em consideração a relação que se estabelece entre Dilma e Lula. Para observarmos isso, produzimos algumas paráfrases do enunciado em questão para mostrar o modo como se dão os efeitos de sentido e possíveis deslizamentos de sentido.

Assim, entre outros, podemos pensar como poderia ficar:

- a) A candidata do peito de Lula;
- b) A candidata íntima de Lula;
- c) A candidata secreta de Lula;

Em a), observamos que a expressão “do peito”, que representa uma tradução mais literal do *in pectore* para o português, tem uma característica de informalidade e indica uma relação de amizade, proximidade e afetividade. O efeito de sentido que se produz aqui é o de que Dilma seria a candidata de quem Lula gosta muito e em quem confia.

Em b), observamos que, na expressão “candidata íntima”, há uma retomada dos sentidos que observamos em a), acrescentado de uma intensificação que produz um efeito de que haveria algo além da amizade, de uma proximidade ainda mais forte entre Lula e Dilma. Algo como um envolvimento amoroso, porém, neste caso específico, entre Dilma e Lula, a memória discursiva impede que haja a interpretação de uma relação amorosa entre eles, pois esta memória aponta uma relação exclusivamente política entre ambos, deixando com que a relação entre eles seja de uma forte amizade, pois a relação que se estabelece entre Dilma e Lula envolve o PT.

Em c), observamos que a expressão “candidata secreta” nos leva a pensar em um efeito em que a escolha de Lula era algo escondido de todos. Ou seja, pensando em uma eventual resistência do próprio partido ao nome de Dilma para concorrer à Presidência da República, Lula evitou trazer à tona sua escolha. Além disso, outro sentido possível seria que Lula possuiria uma espécie de “arma secreta” para as eleições presidenciais de 2010.

A partir das paráfrases que produzimos e analisamos logo acima, podemos verificar que as mesmas não se encontram em uma relação

⁹ Este termo também está ligado à tradição da Igreja Católica onde é usado para designar um cardeal que o Papa nomeou e cujo nome não tornou público.

interparafrástica, em que “esses enunciados remetem (Bedeutung) ao mesmo fato, mas [...] não constroem as mesmas significações (Sinn)” (PÊCHEUX, 1983a, p. 20) com o sentido do enunciado original. Observamos que em **a** e em **b**, a relação entre Dilma e Lula é apresentada como muito próxima, envolvendo uma certa afetividade, sendo que, em **b**, traz uma certa intensificação dessa relação. Já em **c**, mesmo não excluindo a questão da afetividade, o que é destacado é o elemento estratégico por conta do segredo da escolha de Lula. Em todo caso, há nestes enunciados uma marcação da proximidade entre Lula e Dilma.

Confrontados esses sentidos com o sentido do enunciado que foi veiculado, observamos que, além do tom solene, o emprego do termo latino *in pectore* não nega a relação de amizade, mas, ao contrário, apresenta um efeito de fortalecimento do sentido de que a relação entre Lula e Dilma seja algo além de uma ligação de amizade, ou seja, dá ao enunciado um sentido de que há uma ligação mais forte entre os dois no que diz respeito à relação política. Assim, temos que o efeito de sentido desse enunciado indica que o fato de haver algo ligando a candidata Dilma, a todo o momento, à pessoa/imagem do então presidente Lula, que é representado como uma figura querida pela grande maioria da população, Dilma será considerada também uma “boa” presidente(a), porque é a escolhida de Lula, que é/foi um “bom” presidente. De uma forma mais direta, o efeito de sentido aqui é: Dilma é a candidata de Lula¹⁰.

Outra questão que devemos nos ater ainda quanto ao termo *in pectore* diz respeito a um certo tipo de silenciamento por conta do possível não entendimento deste termo latino por parte de alguns leitores. O silenciamento que temos em funcionamento neste lugar é o que Orlandi (2007) considera como silêncio constitutivo. Conforme a autora:

O silêncio de que falamos aqui não é ausência de sons ou de palavras. Trata-se do *silêncio fundador*, ou fundante, princípio de toda significação. [...]

O silêncio não é vazio, ou sem-sentido; ao contrário, ele é o indício de uma instância significativa. Isto nos leva à compreensão do ‘vazio’ da linguagem como um *horizonte* e não como *falta*. [...]

O silêncio de que falamos é o que instala o limiar do sentido. O silêncio físico não nos interessa, assim como, para o linguista, o ruído enquanto matéria física não se coloca como objeto de reflexão (ORLANDI, 2007, p. 68).

E, mais a diante, a autora acrescenta que:

¹⁰ Isto não exclui também a interpretação de que Dilma representa um fantoche na mão de Lula.

Dessa concepção de silêncio, como condição de significação, resulta que há uma completude constitutiva da linguagem quanto ao sentido [...].

Assim, em face do discurso, o sujeito estabelece necessariamente um laço com o silêncio; mesmo que essa relação não se estabeleça em um nível totalmente consciente. Para falar, o sujeito tem necessidade de silêncio, um silêncio que é fundamento necessário ao sentido e que ele reinstaura falando.

Aí está, acreditamos, um dos aspectos da polissemia: mais se diz, mais o silêncio se instala, mais os sentidos se tornam possíveis e mais se tem ainda a dizer.

Mas, em nossa concepção, o silêncio é mais ainda – ele significa por si mesmo: “o silêncio não são as palavras silenciadas que se guardam no segredo, sem dizer. O silêncio guarda um outro segredo que o movimento das palavras não atinge” (M. Le Bot, 1984) (ORLANDI, 2007, p. 69).

Assim, trazendo o conceito de silêncio fundador, reafirmamos que, o que a princípio pode parecer uma ligação transparente entre Dilma e Lula, ou seja, pode, por exemplo, ser compreendida como uma simples relação de amizade, aparece, neste excerto, como uma relação cujo sentido se estabelece de maneira opaca. Isto se deve a uma relação cujo fim é de manter o partido no poder e recorrer a meios para que este poder se mantenha. Com isto, temos um efeito de sentido que se constitui no interdiscurso em que, por parecer transparente, este enunciado remete a uma ligação de amizade, silenciando outros sentidos e que pode, de certo modo, remeter ao imaginário segundo o qual Lula estaria trazendo uma amiga, ou melhor, uma protegida para ser a candidata do PT nas eleições presidenciais de 2010.

Dito isso, temos no mesmo excerto, logo após a expressão “candidata *in pectore* de Lula”, uma outra questão que se relaciona diretamente a esta expressão. O trecho: “Pouco a pouco, o presidente foi deixando sua preferência tornar-se pública”, reforça a ideia de que, em princípio, houve também um silenciamento acerca da escolha da candidata Dilma e que essa escolha foi sendo revelada paulatinamente, visando a princípio evitar ou amenizar um enfrentamento com a ala mais “radical”, ou, como aparece no acontecimento marcado linguisticamente, “bolsões radicais”, do Partido dos Trabalhadores. Este outro tipo de silenciamento tem aqui constituindo como sentido a não circulação da notícia, que remete a um determinado funcionamento da mídia, que não a fez circular, mas também o medo das reações dos radicais. Este tipo de silêncio é considerado por Orlandi (2007) como política do silêncio. Nas palavras da autora:

Com efeito, a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros

sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2007, p. 73).

Finalmente, para concluir a análise deste excerto, observamos que, na busca de diminuir, ou “desbastar” a resistência a Dilma dos “bolsões radicais porém sinceros do petismo”, temos a expressão “sincero”, que expõe uma relação de interdiscurso com “não sincero”, que, no caso, seria Lula. Assim, outro efeito de sentido produzido aqui corresponde ao gesto de leitura no qual Lula, não é “radical”, mas também não é sincero. Ainda nesse sentido, a opacidade em torno do termo “sincero” surge quando sua materialidade é posta em uma rede de relações linguísticas, em que há uma memória discursiva funcionando em cada termo em um enunciado específico. Assim, podemos identificar, no enunciado em questão, a palavra “sincero” posta em relação com o item lexical “radicais”, uma memória em funcionamento na qual ser radical é associado a algo negativo (ruim), e o item lexical “sinceros” é associado a algo positivo (bom). E o efeito que se tem aqui surge de uma relação argumentativa. Deste modo, ser um “radical” (ruim), PORÉM “sincero” (bom) apresenta um efeito de sentido no qual não ser “sincero”, mesmo não sendo radical, é pior que ser radical sincero. No entanto, o sentido de que há algo ou alguém que não é radical, mas também não é sincero se completa na figura de Lula, que, por sua vez, “desbasta” a resistência que os “bolsões radicais” fazem a Dilma, ou seja, não se preocupa com os meios percorridos para atingir os fins desejados, que, no presente caso, é a manutenção do Partido dos Trabalhadores na Presidência da República. Isto significa que há uma discursivização na qual Lula aparece como aquele que impõe seus objetivos de maneira sutil, dissimulada, e sem criar maiores conflitos com a chamada ala radical petista.

Termos como “radical” ou “radicais” não aparecem no excerto (6). No entanto, pode ser identificado um funcionamento semelhante ao que identificamos no excerto (5), no qual há uma divergência no posicionamento discursivo entre Lula e Dilma em relação aos radicais do PT. Vejamos:

(6) **A candidata conquista o ninho**

O PT aceita oficialmente a candidatura imposta por Lula. Resta saber o que Dilma aceitará do PT no caso de chegar à presidência da República (*Vêja*: ed. 2153, 24/02/10, p. 51).

Aqui observamos que, no primeiro enunciado do excerto e que dá título à matéria, a candidata Dilma Rousseff está em uma relação de força com o “ninho”, que, neste caso, representa o Partido dos Trabalhadores. Ou seja, este enunciado aponta o funcionamento de um conflito entre dois lugares, materializado pelo verbo “conquistar”. Isso é reforçado na medida em que, no segundo enunciado, Lula aparece em um mesmo lugar discursivo juntamente com a candidata Dilma. E este lugar está em conflito com o PT, já que há uma imposição daqueles frente a este para uma aceitação da candidata. Isto é,

através de uma imposição do então presidente Lula é que a candidata “conquista o ninho”, ou seja, o PT. Assim, temos um primeiro momento no qual Lula e Dilma conseguem a aceitação oficial do partido para a candidatura de Dilma à Presidência da República, lembrando que se trata de uma aceitação por meio de uma imposição.

Entretanto, observamos, ainda, no terceiro período desse excerto que, em um segundo momento, esse conflito pode voltar à tona, levando em consideração que, caso Dilma venha a ganhar as eleições, o PT possa vir a requisitar que seus interesses sejam acatados pelo Governo Dilma, o que colocará Dilma na condição de aceitar ou não aceitar tais intervenções. E essa leitura é possível devido ao uso do verbo “aceitar”, em que “aceitará” tem um mesmo radical que “aceita”, mas, da forma que é utilizado neste enunciado, no futuro do indicativo, aponta uma condição, ou seja, tem um efeito condicional. Desta forma, verificamos que o verbo “aceitar” assume efeitos de sentido diferentes, na medida em que sentidos diferentes são identificados nesta materialidade de acordo com posições discursivas distintas que os diferentes sujeitos assumem neste excerto específico.

Assim, podemos dizer que, enquanto o PT não tem alternativa em aceitar a candidatura de Dilma, ela, por sua vez, poderá aceitar ou não aceitar [algo] do PT em um eventual futuro. Esse “algo” está marcado pelo pronomes relativo “que”, no enunciado.

No excerto (7) identificamos novamente materializada a relação entre a estrutura em torno da memória do termo “radical” com o acontecimento marcado no jogo linguístico.

(7) **Os dois figurinos de Dilma**

Radical no discurso, mas quase sempre pragmática na ação, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, joga para a plateia petista sem assustar o empresariado
[...] Em outras palavras, o figurino radical de Dilma é para petista ver. O outro, norteador pela consciência de que o capitalismo produz riqueza, é o que ela usa na hora de pôr a mão na massa (*Veja*: ed. 2153, 24/02/10, p. 54).

O primeiro enunciado do excerto (7), que dá título a esta reportagem, a saber: “Os dois figurinos de Dilma”, é uma referência aos dois posicionamentos assumidos pelo sujeito político Dilma, um “figurino” para agradar aos radicais, apresentando, assim, uma forma de apaziguar conflitos e, em certa medida, manter uma relação de estabilidade em relação ao seu partido, principalmente a chamada ala radical. E um outro “figurino”, com o qual deixa o empresariado em uma situação de conforto, em que suas decisões políticas não afetarão o viés capitalista da nação. Trata-se, neste caso, de algumas ações de manobra política nas quais Dilma, ainda como ministra da Casa Civil, estaria pondo em contradição o que, por um lado, se entende ser um posicionamento

ideológico e estatizante diante de colegas do PT e, por outro lado, suas decisões pragmáticas frente ao mercado, tendo em vista a produção de riquezas geradas pelo capitalismo. Considere-se que, na discursividade de *Veja*, ao fazer uso de “dois figurinos”, Dilma assume posicionamentos distintos em que identificamos um efeito de sentido de que Dilma não é totalmente sincera.

A expressão “radical”, nesse excerto (7), funciona como um termo qualificador do PT. Porém, diferentemente do que vimos na análise do excerto (5), a assimilação do radicalismo aqui está relacionada ao PT como um todo, e não somente a uma determinada ala do partido. Na discursividade encontrada no excerto (7), há sentidos entrecruzados que, tomados no interdiscurso, trazem uma memória discursiva na qual identificamos o jogo político que atravessa os sentidos do termo “radical”. Nesse jogo, Dilma assume posicionamentos diferentes, de modo que: por um lado, há um posicionamento em relação ao grupo dos petistas, sugerindo que estes desconheçam esta memória do jogo político e acreditam na veracidade ideológica do que Dilma discursa¹¹; e, por outro lado, há um posicionamento diferente em relação a empresários *et al*, que, por sua vez, reconhecem esta memória sobre o jogo político e, por conta disso, acreditam que esses discursos¹² são somente para “acalmar” determinados grupos do Partido dos Trabalhadores.

O que traz esta memória sobre o jogo político são algumas expressões que aparecem no excerto. Por um lado, temos: “radical no discurso”, “joga para a plateia petista”, “figurino radical”, “para petista ver”; e que estão em relação interparafrástica com: “quase sempre pragmática na ação”, “[joga] sem assustar o empresariado”, “o outro [figurino]”, “consciência de que o capitalismo produz riqueza”. Neste sentido, podemos observar na discursivização de *Veja* que há dois posicionamentos distintos que constituem uma espécie de “jogo político”.

Este “jogo” discursivo apresenta um mesmo funcionamento em relação ao que identificamos anteriormente de que se deve evitar um enfrentamento. Porém, desta vez, não só um enfrentamento contra os “radicais” do PT, mas também contra o PT em si. E, além do próprio partido, também evita-se um enfrentamento com empresários. Assim, temos novamente o funcionamento de um efeito de sentido no qual Dilma é “não radical”, pois apenas “joga” com os radicais – ou plateia petista – para evitar perder esse domínio, mas atua – “por a mão na massa” – no jogo como não radical. Porém, este jogo só faz sentido aqui por se tratar de uma situação de campanha eleitoral, em que é preciso estabelecer boas relações tanto com o próprio partido quanto com as diversas alas do eleitorado. Nesse sentido, vemos que Dilma, tomada como sujeito político, é apresentada a partir de duas posições discursivas distintas, que determinam o que se deve e o que se pode dizer, e como se pode e se deve comportar. Para não se colocar em conflito com o seu partido, esse sujeito político só pode enunciar um discurso radical, para petista ver. E, para não perder apoio ou causar medo no empresariado, tem um comportamento de ação quase sempre pragmática e tem consciência de que o capitalismo produz riqueza.

¹¹ Discurso aqui é entendido como a reunião de ideias defendidas pela candidata.

¹² Idem.

Pêcheux (1975), afirma que

a tomada de posição não é, de modo algum, concebível como um “ato originário” do sujeito-falante: ela deve, ao contrário, ser compreendida como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso transversal. [...] Nessas condições, a tomada de posição resulta de um retorno do “Sujeito” no sujeito, de modo que a não-consciência subjetiva que caracteriza a dualidade sujeito/objeto, pela qual o sujeito se separa daquilo de que ele “toma consciência” e a propósito do que ele toma posição, é fundamentalmente homogênea à coincidência-reconhecimento pela qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus “semelhantes” e com o “Sujeito” (PÉCHEUX, 1975, p. 159-160).

Podemos identificar, deste modo, na discursividade materializada no excerto (7), um sujeito político que faz um jogo interdiscursivo com um sujeito que se desdobra em tomadas de posições e que legitima o lugar do radical e do não radical.

Assim, a partir das análises realizadas, identificamos uma regularidade na discursividade de *Veja* em torno de Dilma Rousseff, enquanto pré-candidata/candidata a presidente da República. Verificamos que, em um primeiro momento, a relação entre Dilma e Lula é tomada no interdiscurso como sendo uma relação muito forte e de cumplicidade; e, além disso, Lula e Dilma aparecem em um lugar discursivo diferente do lugar discursivo em que estão os chamados “radicais” do PT, mesmo todos fazendo parte do mesmo partido. Porém, há um jogo político em questão, pois, mesmo não aparecendo na mesma posição discursiva, Dilma não está em conflito com os “radicais”, na medida em que há um jogo para que ela possa ser eleita, ou seja, a candidata se posiciona de tal modo que suas palavras são diferentes em relação às dos “radicais”, mas não há um conflito entre estas posições de sujeito. Em um segundo momento, identificamos novamente discursivizado que Dilma não está no mesmo lugar discursivo em que se encontram os chamados “radicais petistas”. Além disso, identificamos ainda que há um conflito estabelecido entre as posições de sujeito ocupadas por Dilma e as posições de sujeitos ocupadas pelos “radicais” do Partido dos Trabalhadores, na medida em que aquela terá que ter cuidado com a ameaça e conter, ou domar, estes. Este-afastamento na relação entre Dilma e Lula e também a tensão entre Dilma e os “radicais” é um ponto muito importante que pode ajudar a entender como isso funciona em momentos posteriores.

3 Considerações finais

Nesse trabalho, apresentamos algumas análises iniciais de uma pesquisa maior desenvolvida na dissertação de mestrado intitulada “Mídia e

discursividade: Dilma, Lula, radicais do PT e corrupção”. Os resultados das análises apresentadas apontam uma regularidade na discursividade de *Veja* em torno de Dilma Rousseff em relação à Lula e aos chamados “radicais” do PT.

Na discursividade sobre Dilma na condição de pré-candidata à presidência da República, verificamos que, no período descrito, a relação entre Dilma e Lula é tomada no interdiscurso como sendo uma relação muito forte e de cumplicidade; e, além disso, Lula e Dilma aparecem em um lugar discursivo diferente que contrasta com o lugar discursivo em que estão os chamados “radicais” do PT, mesmo todos fazendo parte do mesmo partido político. Porém, no jogo político que se estabelece neste momento, não há um conflito direto entre estes dois lugares discursivos.

REFERÊNCIAS

- FONSECA-SILVA, M. da C. **Poder-saber-ética nos discursos do cuidado de si e da sexualidade**. Vit. da Conquista: ed. UESB, 2007.
- MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Tradução: Sírio Possenti. Curitiba, Criar Edições, 2005. Edição original: 1984.
- ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas: Ed. da UNICAMP, 3ª edição, 2010. Edição original: 1975.
- PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni P. Orlandi. 6ª edição. Campinas: Pontes, 2012. Edição Original: 1983a.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. 3ª edição. Campinas: Pontes, 2010. p. 49-57. Edição original: 1983b.
- POSSENTI, S. Slogan, polifonia, memória. In: FONSECASILVA, M. da C.; POSSENTI, S. (Org.). **Mídia e redes memória**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007. p. 147-160.
- SECCO, L. **História do PT: 1978-2010**. 3ª edição. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2012.

Recebido em fevereiro de 2017.

Aprovado em julho de 2017.

Publicado em dezembro de 2017.

SOBRE OS AUTORES

Leandro Chagas Barbosa é mestre em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2014). Participa do

Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (GPADis/Uesb/CNPq), onde desenvolve pesquisa em Análise de Discurso.

E-mail: chagasbarbosa@gmail.com

Maria da Conceição Fonseca-Silva é doutora e mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, onde também realizou estágio de pós-doutoramento. É Pesquisadora nível 2 do CNPq. Atualmente é professora Titular/Pleno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, onde atua como professora pesquisadora do quadro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin-Uesb) e Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMEMORIALS-Uesb). Atuou na Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMEMORIALS-Uesb), desde a implantação do curso de mestrado em 2008 até fevereiro de 2013, e como vice-coordenadora de 2014 a 2016. Coordena o Programa de Pós-Graduação em Linguística desde 2017. É co-editora do periódico Estudos da Língua(gem). É líder do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso; (GPADis/Uesb/CNPq) e do Grupo de Pesquisa em Estudos da Língua(gem) (GPEL/Uesb/CNPq). Tem experiência na área de disciplinar de Linguística e na área multidisciplinar de Memória, com ênfase em Análise de Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: efeitos de sentido, efeito de verdade, efeitos de memória, efeitos de justiça, discurso político e discurso jurídico, corrupção política, sujeito mulher.

E-mail: con.fonseca@gmail.com

Adilson Ventura é doutor e mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. É professor titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB., onde atua na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Linguística como docente do quadro permanente. Atua principalmente nas áreas de Semântica Argumentativa e Semântica do Acontecimento.

E-mail: adilson.ventura@gmail.com